



Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2019 e 2018

KARSTEN S.A.

KARSTEN S.A**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.042	307	7.927	2.020
Aplicações financeiras	5	-	1.682	11.214	5.156
Contas a receber	6	164.251	145.085	105.036	102.048
Estoques	7	91.756	74.854	95.009	78.694
Tributos a recuperar	8	4.041	4.393	4.872	5.421
Outras contas a receber		3.342	5.179	4.726	5.472
		268.432	231.500	228.784	198.811
Não circulante					
Valores a receber de partes relacionadas	9	3.964	3.952	-	-
Tributos a recuperar	8	489	428	499	749
Depósitos judiciais	16	3.417	1.677	3.459	1.709
Contas a receber	6	-	1.004	-	1.004
Outras contas a receber		84	1.081	84	1.081
Investimentos em controladas	10	18.951	19.116	-	-
Ativos biológicos		164	164	164	164
Imobilizado	11	123.911	123.141	127.482	125.748
Direito de Uso	13	-	-	7.658	-
Intangível	12	12.659	12.614	12.680	12.618
		163.639	163.177	152.026	143.073
Total do ativo		432.071	394.677	380.810	341.884

KARSTEN S.A**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	28.908	486.901	28.908	486.901
Fornecedores	14	52.792	52.978	29.115	28.425
Obrigações sociais e trabalhistas		24.421	20.694	25.538	21.679
Obrigações fiscais	18	1.332	4.651	1.742	4.733
Arrendamento Mercantil Operacional	13	-	-	1.644	-
Outras contas a pagar e provisões		30.508	25.232	30.662	25.787
		137.961	590.456	117.609	567.525
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	497.293	1.983	497.293	1.983
Valores a pagar a partes relacionadas	9	10.006	10.006	-	-
Fornecedores	14	489	1.119	489	1.119
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	18.563	18.108	19.279	18.157
Provisão para passivo a descoberto de investidas	10	28.094	19.905	-	-
Tributos diferidos	17	12.245	12.245	12.245	12.245
Arrendamento Mercantil Operacional	13	-	-	6.475	-
Outras contas a pagar		18	1.022	18	1.022
		566.708	64.388	535.799	34.526
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	19	100.024	100.024	100.024	100.024
Reservas de capital	19	8.526	8.526	8.526	8.526
Ajustes de avaliação patrimonial	19	23.770	23.770	23.770	23.770
Prejuízos acumulados	19	(404.918)	(392.487)	(404.918)	(392.487)
		(272.598)	(260.167)	(272.598)	(260.167)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		432.071	394.677	380.810	341.884

KARSTEN S.A**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	20	331.177	312.298	337.310	316.639
Custo dos produtos vendidos	21	(201.042)	(180.619)	(200.891)	(180.530)
Lucro bruto		130.135	131.679	136.419	136.109
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	21	(63.264)	(69.062)	(75.339)	(79.002)
Administrativas e gerais	21	(31.686)	(30.655)	(33.107)	(31.079)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(8.354)	(6.591)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23	6.610	20.431	6.734	20.120
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		33.441	45.802	34.707	46.148
Receitas financeiras	22	4.752	5.271	5.207	5.613
Despesas financeiras	22	(50.624)	(103.769)	(52.052)	(104.750)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.431)	(52.696)	(12.138)	(52.989)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	12	(293)	305
Prejuízo líquido do exercício		(12.431)	(52.684)	(12.431)	(52.684)
Ações em circulação no final do exercício	19	6.205	6.205	6.205	6.205
Prejuízo por ação - básico	28	(2,00)	(8,49)	(2,00)	(8,49)
Prejuízo por ação - diluído	28	(1,72)	(7,28)	(1,72)	(7,28)

KARSTEN S.A

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	(12.431)	(52.684)	(12.431)	(52.684)
Outros Resultados Abrangentes	-	12	-	12
Resultado abrangente total	<u>(12.431)</u>	<u>(52.672)</u>	<u>(12.431)</u>	<u>(52.672)</u>

KARSTEN S.A**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018		100.024	7.832	23.759	(339.803)	(208.188)
Plano de remuneração por ações	25	-	694	-	-	694
Prejuízo acumulado do exercício		-	-	-	(52.684)	(52.684)
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	11	-	11
Saldos em 31 de dezembro de 2018		100.024	8.526	23.770	(392.487)	(260.167)
Prejuízo acumulado do exercício		-	-	-	(12.431)	(12.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		100.024	8.526	23.770	(404.918)	(272.598)

KARSTEN S.A**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.431)	(52.696)	(12.138)	(52.989)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(921)	561	483	592
Provisão para perdas de estoques	(3.845)	1.246	(3.853)	1.451
Resultado de equivalência patrimonial	8.354	6.591	-	-
Baixas de ativo imobilizado e intangível	(1.055)	(1.038)	(1.204)	(2.001)
Depreciação e amortização	8.666	8.015	11.183	8.695
Despesas de juros e variação cambial sobre os empréstimos e debêntures	44.435	98.304	44.435	98.304
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	454	400	1.109	415
Provisão para indenização de representantes	5.018	42	5.663	12
Demais provisões operacionais	(7.257)	(4.240)	(8.217)	(3.991)
Rendimento de aplicação financeira	(91)	(104)	(842)	(668)
Plano de opção de compra de ações	-	694	-	694
Ajuste a valor presente de clientes e fornecedores	(40)	(38)	(40)	(38)
Reconhecimento de IRPJ e CSLL Diferido	-	(8.377)	(293)	(8.084)
Realização da reserva de reavaliação	-	11	-	11
Reconhecimento do corte do faturamento	613	1.013	613	1.013
	<u>41.900</u>	<u>50.384</u>	<u>36.899</u>	<u>43.416</u>
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em aplicação financeira	1.682	-	(6.058)	-
(Aumento) em contas a receber	(17.096)	(4.905)	(14.339)	(1.666)
(Aumento) em estoques	(13.057)	(22.735)	(12.462)	(23.236)
Redução (aumento) de impostos a recuperar	291	(812)	799	(618)
Redução em outros ativos	1.094	156	(7)	304
(Redução) em fornecedores	(6.339)	(2.237)	(5.463)	(2.425)
Aumento em salários, participações e encargos sociais	3.727	1.025	3.859	1.283
(Redução) de impostos e contribuições a recolher	(3.319)	(6.900)	(2.991)	(6.910)
Aumento em outros passivos	9.710	1.810	37.614	13.506
	<u>18.593</u>	<u>15.786</u>	<u>37.851</u>	<u>23.654</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Caixa líquido das atividades de investimentos				
Aplicação financeira	1.773	79	(5.216)	(1.308)
Créditos com partes relacionadas	90	5.867	-	-
Adições do ativo mantido para venda, ativo imobilizado e intangível	(8.426)	(12.183)	(19.433)	(12.245)
Aumento de Participação e Capital	-	(392)	-	-
	<u>(6.563)</u>	<u>(6.629)</u>	<u>(24.649)</u>	<u>(13.553)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos com terceiros	6.960	-	6.960	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(14.051)	(8.801)	(14.051)	(8.801)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(204)	(947)	(204)	(947)
	<u>(7.295)</u>	<u>(9.748)</u>	<u>(7.295)</u>	<u>(9.748)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos				
(Redução) aumento do caixa e equivalentes	<u>4.735</u>	<u>(591)</u>	<u>5.907</u>	<u>353</u>
Demonstração da (diminuição) do aumento do caixa e equivalentes				
Saldo inicial de caixa e equivalentes	307	898	2.020	1.667
Saldo final de caixa e equivalentes	<u>5.042</u>	<u>307</u>	<u>7.927</u>	<u>2.020</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes	<u>4.735</u>	<u>(591)</u>	<u>5.907</u>	<u>353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

KARSTEN S.A**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	398.582	377.305	408.248	383.989
Outras receitas	9.725	23.698	10.191	24.446
Provisão pra créditos de liquidação duvidosa	13.910	(1.181)	13.863	(1.224)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(299.059)	(94.192)	(299.859)	(93.898)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(31.136)	(28.038)	(31.136)	(28.038)
Perda/recuperação de ativos	115.458	684	116.043	494
Outros	(49.565)	(49.235)	(53.442)	(52.474)
Valor adicionado bruto	157.915	229.041	163.908	233.295
Depreciações e amortizações	(8.666)	(8.015)	(11.183)	(8.695)
Valor adicionado líquido	149.249	221.026	152.725	224.600
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(8.354)	(6.591)	-	-
Receitas financeiras	4.752	5.271	5.207	5.613
	(3.602)	(1.320)	5.207	5.613
Valor adicionado a distribuir	145.647	219.706	157.932	230.213
Distribuição do valor adicionado	145.647	219.706	157.932	230.213
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	84.317	82.840	89.463	87.221
Benefícios	8.261	7.297	9.003	7.805
FGTS	5.336	6.408	5.754	6.695
	97.914	96.545	104.220	101.721
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	42.801	39.044	44.025	39.401
Estaduais	27.311	29.354	30.043	31.075
Municipais	1.331	1.202	1.486	1.316
	71.443	69.600	75.554	71.792
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	50.624	103.769	52.052	104.750
Alugueis	404	512	720	2.026
Outras	(62.307)	1.964	(62.183)	2.608
Remuneração (perdas) de capitais próprios	(11.279)	106.245	(9.411)	109.384
Prejuízo do exercício	(12.431)	(52.684)	(12.431)	(52.684)
Valor adicionado total atribuído	145.647	219.706	157.932	230.213

KARSTEN S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objeto social

A Karsten S.A. ("Karsten" ou "Companhia") e suas controladas têm como atividades preponderantes a industrialização e comercialização das seguintes linhas de produtos: cama, mesa, banho e tecidos para decoração e bordar.

A Companhia, com sede na rua Johann Karsten, 260, Testo Salto em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B³), sob os códigos CTKA3 (ON) e CTKA4 (PN).

A Companhia possui estrutura e os custos administrativos, gerenciais e operacionais parcialmente compartilhados com as demais empresas controladas.

b) Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 404.918 (R\$ 392.487 em 31 de dezembro 2018), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 272.598 (R\$ 260.167 em 31 de dezembro 2018). O ativo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do passivo circulante em R\$ 111.175 (em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 368.714).

O capital circulante líquido positivo é decorrente, em boa parte, pela dívida de debêntures, que foi reclassificada para o passivo não circulante em decorrência da renegociação realizada em 2019.

Com relação às debêntures, a partir de 1º de janeiro de 2015, a Companhia descontinuou os pagamentos referente as debêntures e os montantes vencidos totalizaram R\$ 484.643 em 31 de dezembro de 2018. Em 28 de junho de 2019 a Companhia deu um importante passo para finalizar o processo de renegociação da dívida. Neste dia foi assinado o Termo de Confissão de Dívida, Acordo de Pagamento e Outras Avenças, por meio do qual se estabelece que suas condições de pagamento estão sujeitas a eficácia e implementação, cumulativa, das seguintes medidas:

- Homologação Judicial do Acordo;
- Homologação Judicial da renúncia da Companhia e dos seus Garantidores aos direitos que se fundam eventuais embargos às Execuções, revisionais e quaisquer outras ações, de qualquer natureza movida contra os Credores e que estejam pendentes, com extinção dessas com resolução do mérito pelo artigo 487, III, 'c', do Código do Processo Civil;

- A Homologação Judicial da desistência de todo e qualquer recurso interposto pela Companhia e seu Garantidores;
- Aperfeiçoamento de todas as penhoras requeridas pelas partes no Acordo e nas Ações de Execução.

Com o implemento cumulativo das condições acima descritas, a renegociação foi considerada como eficaz e devidamente implementada.

A rentabilidade operacional aliada a melhor utilização dos recursos da Companhia é o grande foco da administração, abaixo estão as principais ações em andamento pela Administração:

- Preservação do caixa é um dos aspectos fundamentais da gestão da Companhia, por isso a busca constante pela maximização do capital de giro, vendas com melhor rentabilidade e reduções de custos em todos os ambientes da empresa é fundamental;
- Fortalecimento das marcas da Companhia junto ao mercado, com ações direcionadas aos consumidores e clientes;
- Mapeamento e otimização dos processos internos, visando redução de desperdícios e ineficiências, bem a como a melhor forma de utilização dos recursos da Companhia.

A Administração acredita que os resultados das ações acima trarão para a Companhia as melhorias necessárias para equilíbrio financeiro com melhora dos resultados.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

a) Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Declaração de conformidade

A emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

c) Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição no período abrangido por estas demonstrações contábeis e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas IFRS’s.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

e) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima.

f) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Contas a receber: eventual incapacidade das contrapartes em liquidar suas obrigações, pode levar a perdas por impairment;
- Nota 7 – Estoques: as estimativas do valor realizável são baseadas em circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor;
- Nota 11 – Imobilizado: o valor recuperável e a vida útil pode variar quando ocorrer eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perdas de seu valor;
- Nota 12 – Intangível: o valor recuperável e a vida útil pode variar quando ocorrer eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perdas de seu valor;
- Nota 16 – Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos judiciais: evoluções nos processos nos quais a Companhia e suas controladas são parte podem resultar na necessidade de complemento ou reversões de provisões;
- Nota 17 – Imposto de renda e contribuição social diferidos: quando o resultado final das provisões efetuadas é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado;
- Nota 24 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

g) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“*impairment*”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e das suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas consolidadas:	Percentual de Participações	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Controlada</u>		
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Trucasa Comercial Ltda.	99,99%	99,99%

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração destas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e premissas utilizadas nas estimativas na aplicação das práticas contábeis, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de cada transação.

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e perdas resultantes das variações das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

b) Instrumentos financeiros

(i) Alterações quanto a classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Em 01 de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 / IFRS 9, tendo como principal impacto à alteração na classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39 / IAS 32), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

(ii) Instrumentos financeiros não derivativos: classificação, reconhecimento e mensuração.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros ao custo amortizado e passivos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos ou contratados.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros classificados nesta categoria: equivalente de caixa (nota 4), aplicações financeiras (nota 5), contas a receber (nota 6) e outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas.

Tais passivos financeiros ao custo amortizado são representados por fornecedores (nota 13) empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 14), e outros passivos, os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros ao custo amortizado são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Compensação de Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor presente de Instrumentos financeiros não derivativos

O cálculo do valor presente dos ativos e passivos financeiros não derivativos não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuem operações financeiras com derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 7), incluem os saldos em caixa, em contas correntes (Bancos conta movimento) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

e) Estoques

De acordo com o CPC 16 (R1) e IAS 2, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos estoques da Companhia estão registrados pelo custo de aquisição ou produção, incluindo gastos incorridos no transporte, na aquisição, custos de produção, transformação e armazenagem dos estoques. Nos estoques de produtos manufaturados e produtos em elaboração são adicionados os custos gerais de fabricação. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Quando necessário, foram reconhecidas provisão para perdas nos estoques.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício em que teve origem nos termos do CPC 29 e IAS 41.

g) Imobilizado

A Companhia adotou as políticas do Imobilizado em conformidade com o CPC 27 e Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16.

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados (arrendamento financeiro) são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

	Vida útil média em anos
Edificações e benfeitorias	37
Máquinas e instalações	15
Veículos	8
Móveis e utensílios	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

(i) *Software*

Os Softwares são mensurados pelo custo e deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se houver.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

(ii) *Marcas*

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas têm vida útil indefinida e são testadas anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*).

(iii) *Ágio - Goodwill*

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio resultante na aquisição de controladas é demonstrado como ativo intangível nas demonstrações contábeis consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor de recuperável acumulados.

(iv) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(v) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são de 5 anos.

i) Redução ao valor recuperável conforme CPC 01 (R1) e IAS 36

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é

revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Em conformidade com o CPC 25 e IAS 37, as provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados no encerramento de cada exercício social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros e planos de bônus de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19.

n) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos, quando aplicável.

o) Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente que o cliente obtém o controle dos bens ou serviços, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Não há condições estabelecidas a serem cumpridas pela Companhia que pudesse afetar o reconhecimento da receita no resultado do exercício.

p) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender as condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado de acordo com as premissas definidas no projeto de incentivo e estão registradas em conta específica da demonstração de resultados.

Na destinação do resultado do exercício os valores relativos às subvenções para investimento são transferidos para o patrimônio líquido, na conta reserva de lucros.

q) Arrendamentos

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Para os arrendamentos operacionais, a Companhia na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia reconhecia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

s) Informação por segmento

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 e Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 8, um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos

frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui os seguintes segmentos de negócio: indústria e varejo, como divulgado na nota explicativa 26.

t) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e o IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda, a partir de 1º de janeiro.

i. CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos: a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.
- Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:
- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

Quando a Companhia revisar sua estimativa do prazo de qualquer locação é efetuado ajuste no valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que são descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do

arrendamento. O valor contábil dos passivos de arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável de pagamentos futuros de arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado. Em ambos os casos, é feito um ajuste equivalente ao valor contábil do ativo de direito-de-uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado durante o prazo remanescente (revisado) do arrendamento.

Quando a Companhia renegociar os termos contratuais de um arrendamento com o seu locador, a contabilização depende da natureza da modificação:

- Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço, independente dos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima;
- Em todos os outros casos em que o termo renegociado aumenta o escopo do arrendamento (se isso é uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é remensurado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo do direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor;
- Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo de arrendamento quanto do direito de uso são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial do contrato de arrendamento com qualquer diferença reconhecida no resultado do exercício. O passivo de arrendamento é então ajustado para assegurar que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados durante o prazo renegociado, com os pagamentos de arrendamento modificados descontados à taxa aplicável na data da modificação. O ativo do direito de uso é ajustado pelo mesmo valor.

Como parte do expediente prático da norma, para os contratos que tanto conferem o direito à Companhia de usar um ativo identificado e requerem que determinados serviços sejam fornecidos pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, isto é, aloca qualquer parcela dos pagamentos contratuais referente a quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato.

Natureza dos arrendamentos mercantis da Companhia:

A Companhia arrenda vários imóveis nos municípios onde atua, no montante líquido de R\$ 7.658. Em alguns deles, é costume os contratos de arrendamento preverem que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação ou, em outros, sejam redefinidos periodicamente para as taxas de aluguéis do mercado. Em outros, o valor do aluguel é fixado ao longo do prazo da locação. Em todos os casos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos.

Arrendamentos de imóveis, equipamentos e veículos compreendem apenas pagamentos fixos durante o período do arrendamento.

A Companhia tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento e não tem nenhuma operação de venda e transação de “leaseback” de ativos.

A Companhia não tem cláusulas de interrupção de contrato em seus arrendamentos de imóveis permitindo o não pagamento de penalidades em determinadas circunstâncias. Caso a caso, a

Companhia considerará se a ausência de uma cláusula de quebra a expõe a um risco excessivo. Normalmente, os fatores considerados na decisão de negociar uma cláusula de interrupção de contrato incluem:

- a duração do prazo da locação;
- a estabilidade econômica do ambiente em que a propriedade está localizada; e
- se o local representa uma nova área de operações para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores contábeis dos passivos de arrendamento de imóveis não são reduzidos pelo valor dos pagamentos que seriam evitados com o exercício de cláusulas de interrupção de contrato, visto que foi considerado razoavelmente certo que a Companhia não tem intenção de interromper os referidos contratos durante a vigência dos mesmos, exceto para determinados contratos de aluguel de imóveis em função da previsão de mudança de determinados departamentos da Companhia para o novo edifício em fase final de construção no endereço da sua sede com mudança prevista para 2019.

A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 8,5% ao ano.

A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

ii. ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2019. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2020 ou após, que ainda não tiveram as devidas alterações nas normas contábeis brasileiras e em seus respectivos pronunciamentos:

- Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.

- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	47	99	172	164
Bancos conta movimento	427	206	3.187	1.854
Numerários em trânsito moeda estrangeira	4.568	-	4.568	-
Aplicações financeiras (i)	-	2	-	2
	<u>5.042</u>	<u>307</u>	<u>7.927</u>	<u>2.020</u>

- (i) As aplicações financeiras são remuneradas em média 98% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários). As aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras (i)	=	<u>1.682</u>	<u>11.214</u>	<u>5.156</u>
	=	<u>1.682</u>	<u>11.214</u>	<u>5.156</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas entre 95% a 100% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários), classificadas no ativo circulante porque estão vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos com vencimento no curto prazo.

6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cientes no país	100.446	95.336	106.324	99.927
Cientes no exterior	4.059	8.375	4.059	8.375
Valores a receber de partes relacionadas (i)	65.035	47.544	-	-
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(4.640)	(4.372)	(4.698)	(4.456)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(649)</u>	<u>(794)</u>	<u>(649)</u>	<u>(794)</u>
	<u>164.251</u>	<u>146.089</u>	<u>105.036</u>	<u>103.052</u>
Circulante	164.251	145.085	105.036	102.048
Não Circulante	<u>-</u>	<u>1.004</u>	<u>-</u>	<u>1.004</u>

(i) A Companhia apresenta os montantes a receber de parte relacionada dentro do grupo de "clientes", que está detalhado por empresa do grupo na nota explicativa 9.

A composição do saldo de contas a receber, no país e no exterior, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	93.606	91.604	99.427	96.110
Vencidos há 30 dias	2.937	1.909	2.938	1.910
Vencidos de 31 a 60 dias	482	1.534	482	1.535
Vencidos de 61 a 90 dias	151	717	151	719
Vencidos de 91 a 180 dias	1.202	491	1.211	498
Vencidos há mais de 180 dias	<u>6.127</u>	<u>7.456</u>	<u>6.174</u>	<u>7.530</u>
	104.505	103.711	110.383	108.302
Valores a receber de partes relacionadas	65.035	47.544	-	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(4.640)	(4.372)	(4.698)	(4.456)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(649)</u>	<u>(794)</u>	<u>(649)</u>	<u>(794)</u>
	<u>164.251</u>	<u>146.089</u>	<u>105.036</u>	<u>103.052</u>

O contas a receber da Companhia e suas controladas, líquidos da estimativa de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente, são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reais	160.202	137.749	100.987	94.712
Dólares norte – americanos	4.049	8.160	4.049	8.160
Euros	<u>-</u>	<u>180</u>	<u>-</u>	<u>180</u>
	<u>164.251</u>	<u>146.089</u>	<u>105.036</u>	<u>103.052</u>

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Consequentemente, as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Dessa forma, a Companhia avaliou a necessidade de registro de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise individual dos clientes vencidos há mais de 30 dias, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber e concluiu sobre a necessidade de registro de perda estimada de R\$ 4.640 e R\$ 4.698 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente.

A despesa com a constituição para as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de vendas” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante registrado como perda estimada, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

Demonstramos abaixo a movimentação das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(3.847)</u>	<u>(3.900)</u>
Adições no exercício	(1.096)	(1.139)
Valores recuperados no exercício	309	321
Valores baixados definitivamente por perda	36	36
Valores renegociados	<u>226</u>	<u>226</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(4.372)</u>	<u>(4.456)</u>
Adições no período	(1.392)	(1.404)
Valores recuperados no exercício	864	864
Valores baixados definitivamente por perda	203	241
Valores renegociados	<u>57</u>	<u>57</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(4.640)</u>	<u>(4.698)</u>

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui duplicatas vinculadas a empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.407.

7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos e mercadorias	41.251	33.468	44.344	37.316
Produtos em elaboração	22.940	24.800	22.940	24.800
Matérias-primas	17.164	16.198	17.164	16.198
Almoxarifado	4.537	3.625	4.537	3.625
Material de embalagem	197	327	197	327
Importação em andamento	9.202	4.689	9.559	4.886
Adiantamento a fornecedores	873	-	873	-
Perda estimada para valor líquido recuperável	<u>(4.408)</u>	<u>(8.253)</u>	<u>(4.605)</u>	<u>(8.458)</u>
	<u>91.756</u>	<u>74.854</u>	<u>95.009</u>	<u>78.694</u>

Perdas estimadas para valor líquido recuperável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Administração da Companhia reavaliou as estimativas de provisão para perdas com estoques as quais eram reconhecidas em classes a razão de diversos percentuais de perda a partir de 90 dias.

Objetivando refletir a realidade da operação da Companhia e o histórico de perdas, em comparação à realização de estoques em promoção, foram adotados os critérios abaixo:

<u>Dias sem giro</u>	<u>% de provisão</u>
Menos que 180	0%
De 181 a 270 dias	30%
De 271 a 360	50%
Mais que 361 >	100%

Demonstramos abaixo a movimentação da rubrica:

	Controladora	Consolidado
<u>Perda estimada para valor líquido recuperável:</u>		
31 de dezembro de 2018	<u>(8.253)</u>	<u>(8.458)</u>
Reversão das perdas	3.845	3.853
31 de dezembro de 2019	<u>(4.408)</u>	<u>(4.605)</u>

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía estoques cedidos em garantia e consequentemente vinculados a empréstimos e financiamentos.

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS/COFINS (i)	578	1.252	685	1.460
Imposto de renda e contribuição social (ii)	448	483	970	1.307
IPI	592	584	592	584
ICMS	2.855	2.445	3.062	2.761
Outros tributos a recuperar	<u>57</u>	<u>57</u>	<u>62</u>	<u>58</u>
	<u>4.530</u>	<u>4.821</u>	<u>5.371</u>	<u>6.170</u>
Circulante	4.041	4.393	4.872	5.421
Não circulante	489	428	499	749

- (i) A Lei nº 11.941/2009, também conhecida como REFIS da Crise, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP 651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013. A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e, por conta dessa adesão desfez a contabilização dos valores pagos de parcelamentos anteriores, permanecendo o saldo líquido da dívida em contas passivas específicas do programa. No dia 30 de agosto de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, conforme mencionado na nota explicativa 18.
- (ii) Os créditos referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de imposto de períodos anteriores, e estão atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – “Selic”.

9 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga, na forma de pró-labore, por serviços está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Honorários da diretoria	2.877	2.781
Conselho de administração	<u>1.165</u>	<u>1.156</u>
	<u>4.042</u>	<u>3.937</u>

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia aprovou um único plano de Opção de Compras de Ações para os seus Administradores, o qual está detalhado na nota explicativa 25.

b. Participação dos administradores

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado apurado em cada exercício, após deduzidos eventuais prejuízos acumulados e efetuada a provisão para imposto de renda, será destinada uma quantia de até 10% para gratificações para os administradores não podendo ultrapassar o total das remunerações anuais atribuídas aos mesmos. Tal participação será provisionada no resultado do exercício e classificada como despesas gerais e administrativas, caso a Companhia apresente resultados positivos.

c. Transações e saldos – Controladora

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Prazos médios, datas e vencimentos</u>
Ativo circulante				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u>				
(Nota 6)				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(3)	(3)	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	314	314	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>64.724</u>	<u>47.233</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>65.035</u>	<u>47.544</u>		
Ativo não circulante				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	2.101	1.796	TIR + CDI	Indeterminado
Trucasa Comercial Ltda.	-	-	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>1.863</u>	<u>2.156</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>3.964</u>	<u>3.952</u>		
Passivo circulante				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(24.269)	(24.268)	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	(2.116)	(2.015)	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>(850)</u>	<u>(603)</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(27.235)</u>	<u>(26.886)</u>		
Passivo não circulante				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	<u>(10.006)</u>	<u>(10.006)</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(10.006)</u>	<u>(10.006)</u>		

Classificado como:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores (Nota 14)	(25.428)	(25.181)
Débito com controladas	<u>(11.813)</u>	<u>(11.711)</u>
	<u>(37.241)</u>	<u>(36.892)</u>

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	<u>Vendas</u>		<u>Resultado financeiro</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Karsten Comércio e Têxtil Ltda.	18.993	17.660	-	-
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	-	-	305	262
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(102)</u>	<u>(103)</u>
	<u>18.993</u>	<u>17.660</u>	<u>203</u>	<u>159</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

Não são obtidas ou prestadas garantias sobre as transações acima efetuadas nas controladas integrais. As demais transações, substancialmente compras e vendas de produtos e mercadorias, são realizadas de acordo com as tabelas de preços vigentes à época.

A controladora não prestou avais ou fianças em nome de suas controladas.

10 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIDAS

a. Movimentação dos investimentos

	<u>Investimentos</u>			<u>Patrimônio líquido</u>		
	<u>Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.</u>	<u>Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.</u>	<u>Total investimento</u>	<u>Trucasa Comercial Ltda.</u>	<u>Karsten Comércio Têxtil Ltda.</u>	<u>Total patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>17.781</u>	<u>1.520</u>	<u>19.301</u>	<u>(1.121)</u>	<u>(12.770)</u>	<u>(13.891)</u>
Equivalência patrimonial	(41)	(144)	(185)	(9)	(7.314)	(7.323)
Aumento de capital	-	-	-	392	-	392
Margem de lucro nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>917</u>	<u>917</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>17.740</u>	<u>1.376</u>	<u>19.116</u>	<u>(738)</u>	<u>(19.167)</u>	<u>(19.905)</u>
Equivalência patrimonial	(98)	(67)	(165)	(1)	(8.144)	(8.145)
Margem de lucro nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(44)</u>	<u>(44)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>17.642</u>	<u>1.309</u>	<u>18.951</u>	<u>(739)</u>	<u>(27.355)</u>	<u>(28.094)</u>

b. Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2019

	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Trucasa Comercial Ltda.
Resultado do exercício	(98)	(67)	(8.144)	(1)
Patrimônio líquido				
Capital	68.973	15.206	639	2.977
Reservas de lucros	3.250	-	-	-
(Prejuízos) lucros acumulados	(54.483)	(13.830)	(18.112)	(3.715)
Lucro não realizado nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.738)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido	<u>17.642</u>	<u>1.309</u>	<u>(27.355)</u>	<u>(739)</u>
Quotas	68.973	15.206	639	2.977
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

c. Outras informações relevantes sobre os investimentos:

- (i) Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2015, os conselheiros aprovaram a transferência das operações das controladas Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. localizadas na cidade de Maracanaú no estado do Ceará para a controladora Karsten S.A. na cidade de Blumenau em Santa Catarina. A produção das linhas de cama Trussardi foi retomada a partir do mês de julho de 2015.

- (ii) Karsten Comércio Têxtil Ltda.

Dedicada ao ramo de serviços de licenciamento de franquias da marca Trussardi, comercialização de produtos e ainda prestação de serviço de administração financeira. Em 2015 foram inauguradas três novas lojas em São José (SC), Balneário Camboriú (SC) e Curitiba (PR), em 2016, foi inaugurada a loja de Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP), em 2017 foi inaugurada uma loja em Porto Belo (SC). Por decisão estratégica, em 2018 a Companhia decidiu encerrar a loja de São Paulo (SP), para posterior análise de mercado. Em setembro de 2018 foi inaugurada a loja de Florianópolis (SC) e em outubro uma nova loja em Curitiba (PR). Uma nova loja Karsten foi inaugurada em fevereiro na cidade de Cascavel (PR). No segundo trimestre de 2019 foi inaugurada uma nova loja na cidade de Londrina (PR). Desta forma, a Companhia pretende ampliar cada vez mais a disponibilidade dos produtos ao consumidor final.

11 IMOBILIZADO

a. Movimentação

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Total
Taxas de depreciação (%)	-	2,70	6,79	15,97	12,45	-	-
Saldos em 31/12/2017	<u>45.475</u>	<u>27.106</u>	<u>38.775</u>	<u>3.710</u>	<u>297</u>	<u>2.178</u>	<u>117.541</u>
Adições (i)	1.207	-	5.240	1.318	137	5.992	13.894
Transferências	61	1.263	295	319	(3)	(1.935)	-
Baixas	(893)		(3)	(114)	(28)		(1.038)
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.266)</u>	<u>(4.584)</u>	<u>(1.325)</u>	<u>(81)</u>	<u>-</u>	<u>(7.256)</u>
Saldos em 31/12/2018	<u>45.850</u>	<u>27.103</u>	<u>39.723</u>	<u>3.908</u>	<u>322</u>	<u>6.235</u>	<u>123.141</u>
Adições (ii)	-	54	5.667	1.406	-	2.406	9.533
Transferência	-	3.405	1.986	2	-	(5.393)	0
Baixas	-	(56)	(159)	(184)	-	(656)	(1.055)
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.378)</u>	<u>(4.977)</u>	<u>(1.288)</u>	<u>(65)</u>	<u>-</u>	<u>(7.708)</u>
Saldos em 31/12/2019	<u>45.850</u>	<u>29.128</u>	<u>42.240</u>	<u>3.844</u>	<u>257</u>	<u>2.592</u>	<u>123.911</u>

- (i) Em 2018 foi investido o montante de R\$ 5.240 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores de fiação, tecelagem e confecção.
- (ii) Em 2019 foi investido o montante de R\$ 4.840 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores tecelagem, estamparia e beneficiamento.

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Total
Taxas de depreciação (%)	-	3,54	6,79	16,40	12,45	-	-
Saldos em 31/12/2017	<u>45.475</u>	<u>28.416</u>	<u>38.646</u>	<u>4.738</u>	<u>296</u>	<u>2.178</u>	<u>119.749</u>
Adições (i)	1.207	156	5.240	2.059	137	7.093	15.892
Transferências	61	1.260	425	478	(2)	(2.222)	-
Baixas	(893)	(569)	(3)	(468)	(28)		(1.961)
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.533)</u>	<u>(4.583)</u>	<u>(1.735)</u>	<u>(81)</u>	<u>-</u>	<u>(7.932)</u>
Saldos em 31/12/2018	<u>45.850</u>	<u>27.730</u>	<u>39.725</u>	<u>5.072</u>	<u>322</u>	<u>7.049</u>	<u>125.748</u>
Adições (ii)	-	70	5.698	2.114	-	3.521	11.403
Transferência	-	5.334	1.986	2	-	(7.322)	-
Baixas	-	(134)	(187)	(227)	-	(656)	(1.204)
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.734)</u>	<u>(4.977)</u>	<u>(1.689)</u>	<u>(65)</u>	<u>-</u>	<u>(8.465)</u>
Saldos em 31/12/2019	<u>45.850</u>	<u>31.266</u>	<u>42.245</u>	<u>5.272</u>	<u>257</u>	<u>2.592</u>	<u>127.482</u>

b. Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

A movimentação referente ao impairment do imobilizado está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Perda estimada em 31 de dezembro de 2018	(585)
Adição/reversão	-
Perda estimada em 31 de dezembro de 2019	(585)

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui bens do imobilizado registrados contabilmente no valor consolidado de R\$ 150.691 (R\$ 125.748 em 31 de dezembro de 2018), avaliados a valor de mercado no valor de R\$ 244.721 (R\$ 199.180 em 31 de dezembro de 2018) dados em garantia para operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

12. INTANGÍVEL

a. Movimentação

	Controladora			
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Total
Taxa de amortização (%)		20,34		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.172</u>	<u>2.836</u>	<u>-</u>	<u>13.008</u>
Adições	-	365	-	365
Amortização	-	(759)	-	(759)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>10.172</u>	<u>2.442</u>	<u>-</u>	<u>12.614</u>
Adições	-	391	484	875
Amortização	-	(830)	-	(830)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>10.172</u>	<u>2.003</u>	<u>484</u>	<u>12.659</u>

	Consolidado				Total
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Ágio (Goodwill)	
Taxa de amortização (%)		20,35			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.147</u>	<u>2.869</u>	<u>36</u>	<u>14</u>	<u>13.066</u>
Adições	-	369	-	-	369
Baixas	-	(4)	(36)	-	(40)
Transferência	25	(25)			-
Impairment (Reversão)	-	-	-	(14)	(14)
Amortização	<u>-</u>	<u>(763)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(763)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>10.172</u>	<u>2.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.618</u>
Adições	-	414	483	-	897
Amortização	<u>-</u>	<u>(835)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(835)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>10.172</u>	<u>2.025</u>	<u>483</u>	<u>-</u>	<u>12.680</u>

b. Recuperabilidade (*impairment*) do Intangível

Anualmente ou quando houver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo intangível de acordo com o IAS 36/CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de perda estimada ao valor recuperável de um determinado ativo.

Em 2019 a Companhia analisou a recuperabilidade do seu intangível através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia e os cálculos foram suportados por avaliadores. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido quinze anos. A taxa de desconto utilizada para trazer o fluxo de caixa a valor presente foi de 10,2% a.a.

Em 31 de dezembro de 2019 a controladora não identificou nenhum fato que justificasse a necessidade efetuar o registro de uma perda estimada ao valor recuperável do intangível (*impairment*).

13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

a. Movimentação:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Bens de Direito de Uso - Arrendamento Mercantil		
<u>Operacional</u>		
Saldo inicial	200	9.613
Depreciação	(128)	(1.883)
Baixa	<u>(72)</u>	<u>(72)</u>
	<u>-</u>	<u>7.658</u>
Passivo de Arrendamento		
<u>Saldo inicial</u>	(200)	(9.613)
Pagamento	135	2.140
Juros incorridos	(7)	(718)
Baixa	<u>72</u>	<u>72</u>
	<u>-</u>	<u>(8.119)</u>
Circulante	-	1.644
Não Circulante	-	6.475

Demonstramos o montante do saldo não circulante por ano de vencimento:

<u>Consolidado</u>	
<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2020	1.645
2021	1.797
2022	1.952
2023	1.510
2024	689
2025	<u>526</u>
<u>Total</u>	<u>8.119</u>

Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18/12/2019, o passivo de arrendamento mercantil de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação futura projetada, apresentando a seguinte composição:

	Consolidado
	31/12/2019
<u>Fluxo real</u>	
Passivo de arrendamento	9.747
Juros embutidos	<u>(1.627)</u>
 <u>Fluxo real</u>	
Passivo de arrendamento	11.168
Juros embutidos	<u>(1.876)</u>
	9.292

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores no país	26.549	26.136	28.300	26.764
Fornecedores no exterior	1.420	3.001	1.420	3.001
Valores a pagar de partes relacionadas	25.428	25.181	-	-
(-) Ajuste a valor presente	<u>(116)</u>	<u>(221)</u>	<u>(116)</u>	<u>(221)</u>
	<u>53.281</u>	<u>54.097</u>	<u>29.604</u>	<u>29.544</u>
 Circulante	52.792	52.978	29.115	28.425
Não circulante	489	1.119	489	1.119

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a. Composição de saldo

		Controladora		Consolidado	
	Encargos anuais (%)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Moeda nacional</u>					
Debêntures	TR + 3,4 a 6,17% a.a.	518.293	484.643	518.293	484.643
FINEP	4% a.a.	877	1.930	877	1.930
BNDES FIXO	4,5% a 8% a.a.	30	123	30	123
BNDES TJLP	TJLP + 7% a.a.	5	22	5	22
Capital de giro	12% a 20% a.a.	1.143	2.166	1.143	2.166
<u>Moeda estrangeira</u>					
Forfaiting	5,01% a 6,13% a.a	<u>5.853</u>	<u>-</u>	<u>5.853</u>	<u>-</u>
		<u>526.201</u>	<u>488.884</u>	<u>526.201</u>	<u>488.884</u>
Circulante		28.908	486.901	28.908	486.901
Não circulante		497.293	1.983	497.293	1.983

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	28.908	1.983	28.908	1.983
2021	21.000	-	21.000	-
2022	21.000	-	21.000	-
2023	55.000	-	55.000	-
2024	21.000	-	21.000	-
2025	21.000	-	21.000	-
2026	21.000	-	21.000	-
2027	<u>308.385</u>	<u>-</u>	<u>308.385</u>	<u>-</u>
	<u>497.293</u>	<u>1.983</u>	<u>497.293</u>	<u>1.983</u>

b. Resumo dos empréstimos por moeda de origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reais - R\$	520.348	488.884	520.348	488.884
Dólar dos Estados Unidos – US\$	<u>5.853</u>	<u>-</u>	<u>5.853</u>	<u>-</u>
	<u>526.201</u>	<u>488.884</u>	<u>526.201</u>	<u>488.884</u>

c. Movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	488.884	488.884
Captação	6.960	6.960
Juros	44.435	44.435
Variação cambial	177	177
Pagamento de principal	(14.051)	(14.051)
Pagamento de juros	<u>(204)</u>	<u>(204)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>526.201</u>	<u>526.201</u>

Debêntures

A Companhia firmou em 28 de junho de 2019 a conclusão o processo de renegociação dos valores devidos em decorrência da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, datada de 3 de janeiro de 2012, cujo montante total alcança o valor aproximado de R\$ 521,7 milhões (valor em 30 de abril de 2019), que serão pagos pela Companhia nas seguintes condições:

(i) A primeira parte, no valor de aproximadamente R\$ 232,6 milhões, será paga em (a) 95 parcelas mensais de aproximadamente R\$ 1,75 milhão, (b) uma parcela de aproximadamente R\$ 33,9 milhões em 1.460 dias; (c) parcelas adicionais correspondentes a percentual sobre EBITDA superior a valores estipulados entre as partes e (d) o saldo então ainda em aberto em 2.920 dias. Sobre essa primeira parte incidirão juros de 3,4% ao ano + TR (sobre R\$ 180,5 milhões) e 0,5% ao mês + TR (sobre R\$ 52,1 milhões);

(ii) A segunda parte, no valor de aproximadamente R\$ 289,1 milhões, será tida como um bônus de adimplência no caso de a Companhia efetuar os pagamentos da primeira parte nos termos pactuados entre as partes, de forma que nada será devido pela Karsten em relação a essa segunda parcela no caso de cumprimento integral da primeira parte (item i acima). No caso de inadimplência em relação a primeira parte, então a Companhia deverá pagar essa segunda parte na data da declaração do vencimento antecipado ou em 2.920 dias, o que ocorrer primeiro. Sobre essa segunda parte não incidirá qualquer remuneração, exceto em caso de descumprimento da primeira parte, hipótese em que retornam, sobre todo o débito, os encargos previstos na escritura das Debêntures;

(iii) Além das garantias concedidas por determinados administradores e por acionistas da Karsten, o débito repactuado está sendo garantido por alguns dos imóveis da Companhia.

A conclusão da renegociação representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento decorrente das Debêntures, com redução dos custos financeiros e de forma adequada ao fluxo de caixa da Companhia. Definida essa relevante questão, a Karsten poderá concentrar seus esforços no seu desenvolvimento e fortalecimento operacional.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 o valor de mercado das garantias de hipotecas de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos oferecidos em garantia de operações financeiras representava R\$ 199.180 (R\$ 199.180 em 31 de dezembro de 2018). Já com relação às debêntures, há garantia de imóveis não operacionais no valor de R\$ 45.541. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerando os prognósticos e informações existentes até a data-base do encerramento das demonstrações contábeis. Demonstramos abaixo a composição:

a. Composição das provisões e dos depósitos judiciais

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	8	1.130	156	1.287
Cíveis	333	433	332	448
Fiscais	<u>3.076</u>	<u>17.000</u>	<u>1.189</u>	<u>16.373</u>
	<u>3.417</u>	<u>18.563</u>	<u>1.677</u>	<u>18.108</u>

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	18	1.155	157	1.302
Cíveis	364	1.057	363	448
Fiscais	<u>3.077</u>	<u>17.067</u>	<u>1.189</u>	<u>16.407</u>
	<u>3.459</u>	<u>19.279</u>	<u>1.709</u>	<u>18.157</u>

b. Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.108	18.157
Pagamento de processos	(345)	(345)
Mudança de estimativa nos processos em aberto	799	1.454
Entrada de novos processos	<u>1</u>	<u>13</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>18.563</u>	<u>19.279</u>

c. Natureza

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, os quais estão sendo discutidos na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela Administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Fiscais - referem-se ao Pedido de Ressarcimento de Crédito Presumido de IPI - Período de 1998 a 2003, Pedido de Ressarcimento de COFINS Não-Cumulativo 3º Trimestre de 2004 e Pedido de Ressarcimento de PIS/Pasep Não-Cumulativo relativo as Exportações realizadas no 3º Trimestre de 2004;
- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Ações cíveis - as principais ações se referem a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

d. Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e pelos seus assessores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme abaixo:

- Fiscais: R\$ 216.318 (R\$ 148.607 em 31 de dezembro de 2018), composto por 83 processos. As principais ações referem-se a Auto de Infração, que exige o pagamento de multa isolada em razão da compensação de direitos creditórios existentes em DCTF (CPRB) TRI.00094 no valor de R\$ 60.338; Ação em que se discute o ressarcimento de IPI, créditos básicos do 3º Trimestre de 2011 TRI.00055 no valor de R\$ 15.794; Auto de Infração sobre PIS e COFINS da competência janeiro/2012 a 12/2013 referente aos Créditos Extemporâneos TRI.00072 no valor de R\$ 13.876; Notificação Fiscal de Contribuições Previdenciárias no ano de 2008 TRI.00084 no valor de R\$ 9.296; TRI.00056 no valor de R\$ 6.587; Execução Fiscal sobre Contribuição para financiamento de aposentadorias especiais, do período de 04/1999 a 08/2003 TRI.00093 no valor de R\$ 4.826; Auto de Infração sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o Mútuo no ano de 2006 TRI.00089 no valor de R\$ 4.625; TRI.00057 no valor de R\$ 3.287; Auto de Infração, IRPJ e CSLL dos períodos de 2011 e 2012 em virtude de glosa de despesas financeiras, reconhecimento de IOF em operações de mútuo como despesa dedutível, suposto ganho de capital com alienação de imóvel e créditos de processo ativo considerado como receita tributável no valor de R\$ 1.959 TRI.00074; Auto de Infração sobre IRPJ e CSLL em relação ao ano base 2010, sobre benefício fiscal (subvenção) recebido no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará TRI.00061 no valor de R\$ 1.444; Auto de Infração no ano de 2008 de multa por falta de informações na entrega da GFIPS TRI.00090 no valor de R\$ 1.184 e glosa na declaração de PIS e COFINS no ano de 2006 TRI.00091 no valor de R\$ 1.087; Auto de infração sobre PIS e COFINS TRI.00101 referente utilização de créditos extemporaneamente sem retificação dos respectivos Dacon, referente tratamento de resíduos industriais e de não incluído da base de cálculo do PIS e COFINS créditos presumidos de ICMS R\$ 7.372. Autos de Infração movidos pela SEFAZ CE: TRI.00104 R\$ 1.066, processos TRI.00111, TRI.00112, TRI.00113, TRI.00114 no montante de R\$ 11.706. Processo TRI.00120 SEFAZ CE auto de infração ref. falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, inclusive o devido por substituição tributária, na forma e nos prazos regulamentares (ativo imobilizado) no valor de R\$ 1.213; processo TRI.00124 e TRI.00125, no montante de R\$ 23.427 referente a créditos indevidos de ICMS.
- Trabalhistas: R\$ 3.115 (R\$ 3.488 em 31 de dezembro de 2018), composto por 44 processos. Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Cíveis: R\$ 35.290 (R\$ 29.618 em 31 de dezembro de 2018), composto por 26 processos. O principal processo trata-se de Execução da 2ª Emissão de Debêntures datada de 20/01/2012 referente a quantia de R\$ 29.174 CIV.00024; As demais contingências referem-se a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Apuração dos tributos do exercício com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	30/09/2018
Prejuízo contábil antes dos impostos	(12.431)	(52.696)	(12.138)	(52.989)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	4.227	17.917	4.127	18.016
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(2.840)	(2.241)	-	-
Despesas indedutíveis	(152)	(446)	(190)	(514)
Imposto de renda e contribuição social	<u>1.235</u>	<u>15.230</u>	<u>3.937</u>	<u>15.502</u>
Parcela não reconhecida de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(1.235)	(15.218)	(3.644)	(17.197)
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-
Diferido	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>(293)</u>	<u>305</u>
	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>(293)</u>	<u>305</u>

Nos últimos exercícios a Companhia apresentou prejuízos contábeis e fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Companhia sobre a sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição de imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

- (i) Em 30 de março de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária, onde desistiu de parcelamentos anteriores, refinanciou parte do passivo tributário e incluiu novos débitos com vencimento até 30 de novembro de 2016 nos termos da Medida Provisória. Na composição da dívida a companhia utilizou parte da base de cálculo do prejuízo fiscal no montante de R\$ 115.909 e parte da base de cálculo negativa da CSLL no montante de R\$ 115.909. No dia 30 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, incluindo novos débitos que por força da Medida Provisória não puderam ser incluídos no PRT, conforme mencionado na nota explicativa 17.

b. Passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	Baixas	31/12/2019
Passivo			
Custo atribuído	(36.014)	-	(36.014)
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>(12.245)</u>	<u>-</u>	<u>(12.245)</u>

18. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS/COFINS – Parcelamento PRT (i)	-	1.165	-	1.165
PIS/COFINS	661	3.234	687	3.235
PIS/COFINS - Faturados e Não Entregue	(1.105)	(953)	(1.105)	(953)
INSS – Parcelamento PRT (i)	-	29	-	29
ICMS	920	679	1.263	721
ICMS - Faturados e Não Entregue	(358)	(309)	(358)	(309)
ICMS – Parcelamento	-	5	-	5
Outros	<u>1.214</u>	<u>801</u>	<u>1.255</u>	<u>840</u>
	<u>1.332</u>	<u>4.651</u>	<u>1.742</u>	<u>4.733</u>
Circulante	1.332	4.651	1.742	4.733

- (i) Em 04 de janeiro de 2017, foi instituído o Programa de Regularização Tributária (PRT) junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da MP 766/2017, que possibilitou aos contribuintes parcelarem débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2016.

Para optar pelo Programa de Regularização Tributária (PRT), a Companhia desistiu dos parcelamentos vigentes, tendo como premissa básica o fato de que os débitos confessados à título de PIS e COFINS em DCTF, não foram objeto de qualquer alteração, nem para diminuir, nem para aumentar os débitos e tendo a possibilidade para a realização de retificações da DCTF, promoveu novamente a “desvinculação” dos DARF’s originalmente vinculados aos débitos declarados e cancelou as declarações de compensações feitas até a adesão do novo programa. Com isso, a Companhia entendeu que tornou-se devedora de débitos já declarados anteriormente a título de PIS e COFINS entre as competências de setembro de 2014 a outubro de 2016 e a título de CPRB entre as competências de outubro de 2014 a outubro de 2016. A Companhia incluiu também no PRT, débitos de IOF entre as competências de dezembro de 2013 a abril de 2017 e a título de INSS entre as competências de março de 2014 a janeiro de 2016. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da opção um total de débitos de R\$ 51.824.

Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia utilizou a compensação de 76% de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 39.409. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R\$ 12.445 a serem parcelados em 24 parcelas, sendo a primeira parcela

com vencimento em 31 de março de 2017 e a última, com vencimento para 28 de fevereiro de 2019.

A Administração com o suporte dos seus assessores externos, entende que possui argumentos válidos para ser considerada apta a adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e por conta desse forte argumento legal, desfez a contabilização de tributos ativos e passivos de parcelamentos anteriores, registrando o saldo do encontro de contas desses antigos parcelamentos versus o novo parcelamento, em rubricas específicas na Contabilidade. Os débitos dos tributos que por força da MP 766/17 não puderam ser inclusos no Programa de Regularização Tributária (PRT), voltaram para as contas correntes tributárias a recolher e totalizaram em R\$ 8.733 de principal e R\$ 10.666 atualizados até a opção do novo programa.

Com o advento do novo programa de parcelamento “MP 783”, a Companhia desistiu de parcelamentos Ordinários de PIS e COFINS e aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), incluindo o total de débitos restantes permitidos pela devida Medida Provisória. Os débitos tributários que foram objeto da adesão ao PERT, são PIS e COFINS das competências de novembro de 2016 a março de 2017 e débito de INSS (GFIP) de novembro de 2017. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da opção o total de débitos atualizados em R\$ 10.823.

Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia beneficiou-se da redução de 90% dos juros “Selic” e de 50% da multa de mora, que foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 1.213 e após esses abatimentos da dívida, a Companhia efetuou a compensação de 84% de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 9.014. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R\$ 596 a serem parcelados em 5 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento para 31 de agosto de 2017 e a última, com vencimento para 31 de dezembro de 2017.

Em cumprimento da “MP 783”, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia quitou a última parcela, extinguindo o saldo da dívida com o PERT.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 100.024 é dividido em 2.878.404 ações ordinárias e 3.326.971 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 6.205.375 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2016 o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, à razão de 10 (dez) ações para 1 (uma), de forma que cada lote de 10 (dez) ações seja agrupado em 1 (uma) única ação, sem modificação do capital social, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 6.404/76. As frações de ações detidas por acionistas da Companhia resultantes deste procedimento de grupamento serão complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente por Kasavii Participações S.A., acionista da Karsten S.A., de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ (43,93) e (R\$ (41,93) em 31 de dezembro 2018).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal não apresenta saldo por ter sido integralmente utilizada para compensar prejuízos acumulados.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, a Companhia e suas controladas, efetuaram a avaliação dos seus terrenos pelo custo atribuído. Os bens avaliados que receberam o custo atribuído foram aqueles adquiridos até 31 de dezembro de 2008. A diferença entre o valor contábil e o valor da avaliação foram registrados na rubrica contábil “ajuste a avaliação patrimonial” líquido dos efeitos dos tributos.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	387.171	365.314	404.626	378.543
Mercado externo	25.457	34.452	25.457	34.452
Prestação de serviços	1.140	205	1.261	924
Venda de subprodutos	2.628	2.557	2.628	2.557
(-) Ajuste a valor presente	12	(178)	12	(178)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(17.825)</u>	<u>(25.045)</u>	<u>(25.736)</u>	<u>(32.309)</u>
Receita operacional antes dos impostos	<u>398.583</u>	<u>377.305</u>	<u>408.248</u>	<u>383.989</u>
(-) Impostos sobre vendas	<u>(67.406)</u>	<u>(65.007)</u>	<u>(70.938)</u>	<u>(67.350)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>331.177</u></u>	<u><u>312.298</u></u>	<u><u>337.310</u></u>	<u><u>316.639</u></u>

21. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação e amortização	(8.666)	(8.015)	(11.183)	(8.695)
Despesas com pessoal	(81.133)	(80.371)	(86.866)	(85.074)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(122.758)	(104.678)	(123.181)	(104.915)
Ajustes de inventário	3.289	1.309	3.589	1.622
Perda estimada ao valor realizável líquido dos estoques	3.845	(1.246)	3.853	(1.451)
Frete e demais despesas variáveis	(12.504)	(12.705)	(12.509)	(12.705)
Comissões e indenizações a representantes	(12.711)	(13.379)	(13.279)	(13.855)
Despesas com vendas e marketing	(8.142)	(10.300)	(9.900)	(11.624)
Energia elétrica e outras utilidades	(13.077)	(11.809)	(13.708)	(13.523)
Serviços profissionais	(18.048)	(17.143)	(18.743)	(17.864)
Outros gastos	<u>(26.087)</u>	<u>(21.999)</u>	<u>(27.410)</u>	<u>(22.527)</u>
	<u>(295.992)</u>	<u>(280.336)</u>	<u>(309.337)</u>	<u>(290.611)</u>
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(201.042)	(180.619)	(200.891)	(180.530)
Despesas com vendas	(63.264)	(69.062)	(75.339)	(79.002)
Despesas gerais e administrativas	<u>(31.686)</u>	<u>(30.655)</u>	<u>(33.107)</u>	<u>(31.079)</u>
	<u>(295.992)</u>	<u>(280.336)</u>	<u>(309.337)</u>	<u>(290.611)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Juros recebidos	1.219	1.631	919	1.397
Descontos recebidos	120	184	125	196
Variações cambiais ativas	3.189	4.264	3.188	4.264
Rendimentos de aplicações financeiras	91	104	842	668
Ajuste a valor presente	133	(925)	133	(925)
Outras receitas financeiras	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
	<u>4.752</u>	<u>5.271</u>	<u>5.207</u>	<u>5.613</u>
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(1.633)	(1.741)	(1.648)	(1.857)
Descontos concedidos	(7)	(3)	(7)	(3)
Variações cambiais passivas	(2.536)	(2.833)	(2.536)	(2.833)
Despesas bancárias	(369)	(399)	(801)	(841)
Encargos financeiros com financiamentos	(285)	(778)	(285)	(778)
Encargos financeiros com debêntures	(44.150)	(97.526)	(44.150)	(97.526)
Ajuste a valor presente	(108)	1.170	(108)	1.170
Outras despesas financeiras	<u>(1.536)</u>	<u>(1.659)</u>	<u>(2.517)</u>	<u>(2.082)</u>
	<u>(50.624)</u>	<u>(103.769)</u>	<u>(52.052)</u>	<u>(104.750)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(45.872)</u>	<u>(98.498)</u>	<u>(46.845)</u>	<u>(99.137)</u>

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Outras receitas</u>				
Incentivos fiscais	-	239	-	239
Receita na venda de ativo imobilizado, intangível e biológico	174	174	84	84
Vendas de subprodutos	597	520	597	520
Receita de energia de reserva	145	409	145	409
PIS e Cofins sobre depreciação	812	579	812	579
Aluguéis recebidos	23	32	23	32
Ganho de processos judiciais	313	8.401	313	8.401
Recuperação de créditos PIS e COFINS	7.277	5.967	7.277	5.967
Outras receitas	<u>999</u>	<u>7.704</u>	<u>1.534</u>	<u>8.472</u>
	<u>10.340</u>	<u>24.025</u>	<u>10.785</u>	<u>24.703</u>
<u>Outras despesas</u>				
Custo referente baixa de ativo imobilizado, intangível e biológico	(400)	(160)	(478)	(779)
Perdas e impostos sobre vendas diversas	(852)	(430)	(846)	(431)
Reversão de processos judiciais	-	(2.500)	-	(2.500)
Perdas de outros recebíveis	(2.221)	-	(2.265)	-
Outras despesas	<u>(257)</u>	<u>(504)</u>	<u>(462)</u>	<u>(873)</u>
	<u>(3.730)</u>	<u>(3.594)</u>	<u>(4.051)</u>	<u>(4.583)</u>
Outros resultados líquidos	<u>6.610</u>	<u>20.431</u>	<u>6.734</u>	<u>20.120</u>

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco liquidez
- Risco operacional

Essa nota apresenta (i) informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas à cada um dos riscos supramencionados; (ii) os objetivos da Companhia e suas controladas; (iii) as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e; (iv) o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requerem a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

A diretoria executiva examina e revisa informações financeiras incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos.

a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) *Risco cambial*

O risco cambial associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Administração estabeleceu uma política que admite uma exposição cambial de até US\$ 4 milhões de dólares para mais ou para menos, considerando-se a diferença entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. De acordo com a política da Companhia e suas controladas são vedadas a utilização de qualquer instrumento financeiro indexado a moedas estrangeiras para outros fins que não os de proteção cambial.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir.

Exposição cambial líquida

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Moeda Estrangeira			Reais	Moeda Estrangeira			Reais
	CHF	EUR	USD		CHF	EUR	USD	
<u>Ativo</u>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	11	1.091	4.591	-	-	12	45
Contas a receber	-	-	956	4.049	-	-	2.161	8.375
Importações em andamento	<u>140</u>	<u>344</u>	<u>1.769</u>	<u>9.281</u>	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>934</u>	<u>6.115</u>
	<u>140</u>	<u>355</u>	<u>3.816</u>	<u>17.921</u>	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>3.107</u>	<u>14.535</u>
<u>Passivo</u>								
Fornecedores	-	-	(314)	(1.267)	-	-	(748)	(2.896)
Empréstimos	-	-	(1.452)	(5.853)	-	-	-	-
Comissões a pagar	-	-	<u>(38)</u>	<u>(153)</u>	-	-	<u>(27)</u>	<u>(105)</u>
	-	-	<u>(1.804)</u>	<u>(7.273)</u>	-	-	<u>(775)</u>	<u>(3.001)</u>
Exposição líquida	<u>140</u>	<u>355</u>	<u>2.012</u>	<u>10.648</u>	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>2.332</u>	<u>11.534</u>

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(iii) Análise de sensibilidade

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2019 a Administração considerou como cenário provável para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 5,94 % a.a. e TJLP de 5,94 % a.a. Um total de empréstimos de R\$ 2.050 é corrigido por taxa fixa e por isso não está sujeito à análise de sensibilidade.

Além disso, a Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2019 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa média projetada pelo mercado de R\$ 4,00 para Dólar e de R\$ 4,40 para Euro.

Os cenários a seguir foram estimados para o período de um ano:

	31/12/2019	Risco	Consolidado					
			Provável		25%		50%	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Taxa de Juros								
Operação								
Aplicações financeiras	11.214	Baixa do CDI	5,94	173	7,43	339	8,91	506
Operação								
Empréstimos	<u>5</u>	Alta da TJLP	5,57	=	6,96	=	8,36	=
Total	<u>11.219</u>			<u>173</u>		<u>339</u>		<u>506</u>

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A Política de Crédito do mercado interno segue os preceitos da Política de Crédito e Cobrança da Companhia e suas controladas. Toda a carteira de clientes ativos é gerenciada diariamente por informações internas e por um critério de classificação e de pontuação do comportamento do cliente no mercado. Conforme o grau de risco, a classificação e pontuação do cliente aumentam ou diminuem; nesta última situação o cliente é reanalisado para liberação ou bloqueio. Este procedimento é realizado para clientes com pedidos em carteira e no processo produtivo. Neste caso se a classificação altera para risco muito alto, o sistema informatizado sinaliza e toda mercadoria alocada ao cliente é direcionada para outro cliente.

(i) *Contas a receber e outros créditos*

Todos os clientes possuem um limite de crédito definido conforme os critérios de alçada de limite da política de crédito. Qualquer mudança que altere o cenário de risco do cliente pode gerar uma nova reavaliação, adequando o crédito à nova situação.

Concedido o crédito, os clientes com pedidos possuem acompanhamento e atualização das informações internas e do mercado, avaliando periodicamente os níveis de riscos e se os pontos positivos avaliados anteriormente permanecem. A avaliação de riscos de crédito é feita de forma clara e objetiva observando os riscos internos e externos.

Portanto, os riscos que a Companhia e suas controladas avaliam são com evidências e fatos que tenham a previsibilidade de ocorrência e que possam ser mensurados com maior proximidade do realismo e segurança.

(ii) *Exposição ao risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	5.042	307	7.927	2.020
Aplicações financeiras	-	1.682	11.214	5.156
Contas a receber	164.251	146.089	105.036	103.052
Outras contas a receber	<u>3.426</u>	<u>6.260</u>	<u>4.810</u>	<u>6.553</u>
	<u>172.719</u>	<u>154.338</u>	<u>128.987</u>	<u>116.781</u>

(iii) *Perdas por redução ao valor recuperável de ativos*

A Companhia e suas controladas estabelecem uma perda estimada para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas e das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.908	21.000	97.000	350.385
Fornecedores	52.792	489	-	-
Outras contas a pagar	<u>20.097</u>	-	-	-
	<u>101.797</u>	<u>21.489</u>	<u>97.000</u>	<u>350.385</u>
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	486.901	1.983	-	-
Fornecedores	52.978	1.119	-	-
Outras contas a pagar	<u>23.527</u>	<u>1.022</u>	-	-
	<u>563.406</u>	<u>4.124</u>	-	-

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.908	21.000	97.000	350.385
Fornecedores	29.115	489	-	-
Outras contas a pagar	<u>23.540</u>	<u>6.475</u>	-	-
	<u>81.563</u>	<u>27.964</u>	<u>97.000</u>	<u>350.385</u>
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	486.901	1.983	-	-
Fornecedores	28.425	1.119	-	-
Outras contas a pagar	<u>25.787</u>	<u>1.022</u>	-	-
	<u>541.113</u>	<u>4.124</u>	-	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar os riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais.

e. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total dos Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	526.201	488.884	526.201	488.884
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(5.042)	(307)	(7.927)	(2.020)
(-) aplicações financeiras (nota 5)	=	(1.682)	(11.214)	(5.156)
Dívida líquida	<u>521.159</u>	<u>486.895</u>	<u>507.060</u>	<u>481.708</u>

Para diminuir o grau de endividamento bancário a Companhia adotou diversas ações onde destaca as principais:

- redução de custos e despesas através do orçamento matricial;
- reestruturações no modelo de negócio para alavancar receitas
- redução gradual das linhas com menores margens, objetivando melhorar as margens de lucratividade.

f. Classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor justo por meio do resultado.
- aplicações financeiras - são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado.
- contas a receber - são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- Valores a receber de partes relacionadas - são classificados como mensurados aos custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- Empréstimos - são classificados como outros passivos financeiros ao custo amortizado, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis.
- Valores a pagar a partes relacionadas são classificados como mensurados ao custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos atribuíveis a transação. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
	Classificação	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Ativos financeiros não derivativos</u>					
Equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	4.995	208	4.995	208
Aplicações financeiras (nota 5)	Custo amortizado	-	1.682	-	1.682
Contas a receber (nota 6)	Custo amortizado	164.252	146.089	164.252	146.089
Outros ativos	Custo amortizado	3.076	6.108	3.076	6.108
		<u>172.323</u>	<u>154.087</u>	<u>172.323</u>	<u>154.087</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>					
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado	(53.281)	(29.544)	(53.281)	(29.544)
Outras contas a pagar	Custo amortizado	(28.720)	(26.809)	(28.720)	(26.809)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	Custo amortizado	(526.201)	(488.884)	(526.201)	(488.884)
Outros passivos	Custo amortizado	(8.623)	(2.264)	(8.623)	(2.264)
		<u>(616.825)</u>	<u>(547.501)</u>	<u>(616.825)</u>	<u>(547.501)</u>
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos		<u>(444.502)</u>	<u>(393.414)</u>	<u>(444.502)</u>	<u>(393.414)</u>

		Consolidado			
		Valor contábil		Valor justo	
	Classificação	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Ativos financeiros não derivativos</u>					
Equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	7.755	1.856	7.755	1.856
Aplicações financeiras (nota 5)	Custo amortizado	11.214	5.156	11.214	5.156
Contas a receber (nota 6)	Custo amortizado	105.036	103.052	105.036	103.052
Outros ativos	Custo amortizado	4.460	6.401	4.460	6.401
		<u>128.465</u>	<u>116.465</u>	<u>128.465</u>	<u>116.465</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>					
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado	(29.604)	(29.544)	(29.604)	(29.544)
Outras contas a pagar	Custo amortizado	(32.324)	(26.809)	(32.324)	(26.809)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	Custo amortizado	(526.201)	(488.884)	(526.201)	(488.884)
Outros passivos	Custo amortizado	(8.784)	(2.410)	(8.784)	(2.410)
		<u>(596.913)</u>	<u>(547.647)</u>	<u>(596.913)</u>	<u>(547.647)</u>
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos		<u>(468.448)</u>	<u>(431.182)</u>	<u>(468.448)</u>	<u>(431.182)</u>

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto.

25. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em 05 de dezembro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um único Plano de Opção de Compra de Ações aos administradores da Companhia.

A outorga de Opções dentro do Plano Geral confere direitos sobre um número de ações de emissão da Companhia, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais. Cada Opção de Compra outorgada permitirá ao Beneficiário o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O preço a ser pago para a Companhia quando do exercício das Opções outorgadas será determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofrerá um deságio de 20% e será representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações.

As regras do Plano de Opção propõem que as Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de outorga do Plano. Foi fixado o seguinte prazo de carência para o exercício de Opções de Compra:

Períodos para aquisição do direito ao exercício das opções	Prazos de Carência para o exercício das opções	Percentual de opções liberado para exercício	Quantidade de dias úteis *
Primeiro Período – exercício social de 2016	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2016	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	543
Segundo Período – exercício social de 2017	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2017	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	792
Terceiro Período – exercício social de 2019	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2019	37,50% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	1.296

* As Opções de Compra poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da data da AGE em que se tornam exercíveis. Caso o Beneficiário não exerça as Opções de Compra dentro deste prazo, estas opções serão consideradas extintas, de pleno direito.

O Beneficiário deverá pagar o preço da Opção de Compra à vista, nos termos do Plano de Opção.

O valor justo médio ponderado foi determinado com base no método Black & Scholes European Style Options.

A reserva registrada no patrimônio líquido acumulada desde o seu lançamento (05 de dezembro de 2014) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.526.

26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS CONSOLIDADOS

A Administração da Companhia definiu que os mercados de atuação estão segmentados em Indústria e Varejo.

			Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	<u>Consolidado</u> 31/12/2019
	<u>Indústria</u>	<u>Varejo</u>		
Receita líquida de vendas	317.283	20.027	337.310	337.310
Custo dos produtos vendidos	(187.118)	(13.773)	(200.891)	(200.891)
Lucro bruto	130.165	6.254	136.419	136.419
Contas a receber de clientes	100.057	4.979	105.036	105.036
Contas a pagar de fornecedores	28.201	1.403	29.604	29.604
Imobilizado	121.439	6.043	127.482	127.482

			Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	<u>Consolidado</u> 31/12/2018
	<u>Indústria</u>	<u>Varejo</u>		
Receita líquida de vendas	300.003	16.636	316.639	316.639
Custo dos produtos vendidos	(167.444)	(13.086)	(180.530)	(180.530)
Lucro bruto	132.559	3.550	136.109	136.109
Contas a receber de clientes	100.218	2.834	103.052	103.052
Contas a pagar de fornecedores	28.732	812	29.544	29.544
Imobilizado	122.290	3.458	125.748	125.748

Além das receitas líquidas de vendas acima apresentadas, a Companhia e suas controladas obtiveram receitas de serviços R\$ 1.261 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 924 em 31 de dezembro de 2018).

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria-executiva.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhum cliente que represente mais de 10% das receitas totais.

A Companhia efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de produto industrializado e vendas no varejo, independentemente de sua localização geográfica.

27. INCENTIVOS FISCAIS

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre a apuração fiscal. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou o valor de R\$ 18.736 (R\$ 16.225 em 31 de dezembro 2018) registrados contabilmente como redutora de impostos sobre vendas – ICMS.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado do exercício e submetida à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

28. RESULTADO POR AÇÃO

Básico e diluído

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia e suas controladas, pela quantidade média ponderada das ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Cálculo do prejuízo básico por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(12.431)	(52.684)
Ações ordinárias e preferenciais	<u>6.205</u>	<u>6.205</u>
Resultado líquido por ação básico - R\$	<u>(2,00)</u>	<u>(8,49)</u>

Cálculo do prejuízo diluído por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(12.431)	(52.684)
Número médio ponderado de ações em circulação - básico	6.205	6.205
Número de ações potenciais (opções de ações)	1.036	1.036
Número médio ponderado de ações em circulação - diluído	<u>7.241</u>	<u>7.241</u>
Resultado líquido diluído por ação - R\$	<u>(1,72)</u>	<u>(7,28)</u>

29. COMPROMISSOS

a. Compromissos para aquisição de ativos

A Companhia possui contratos para aquisição de ativos para 31 de dezembro de 2019, sendo que estes não foram incorridos até o encerramento do exercício.

	Controladora e Consolidado
Máquinas e Equipamentos	<u>94</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>94</u>

b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de lojas, onde atuam como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendados. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante os períodos de vigência desses contratos.

c. Outros compromissos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados com fornecedores, os quais preveem penalidades para a Companhia e suas controladas em caso de descontinuidade antecipada desses contratos conforme a seguir:

Contratos de Algodão: Caso a Companhia não cumpra os contratos de algodão e este contrato estiver registrado em bolsa, vai para arbitragem (na Bolsa onde o contrato foi registrado) e se a parte faltante não cumprir o determinado pelo laudo arbitral ela se torna inadimplente perante o mercado de algodão. De posse do laudo arbitral, a parte ganhadora pode entrar na justiça comum contra a parte faltante.

30. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 773.490 para a totalidade das empresas do grupo.

É composta de R\$ 523.352 para danos materiais e R\$ 250.138 para lucros cessantes (limite máximo indenizável de R\$ 470.238). A cobertura de seguros contra responsabilidade civil é de R\$ 8.000.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a Companhia informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, tendo em vista o atual cenário do país decorrente da PANDEMIA do COVID-19, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde como pandemia (“Coronavírus”), a Companhia está adotando algumas medidas para preservar a saúde e integridade física de suas pessoas e comunidade local:

- (i) Criação de um comitê de crise para gerir as ações resultantes desta pandemia;
- (ii) Divulgação de plano preventivo interno sobre a prevenção do Coronavírus, desenvolvido com médicos da Companhia;
- (iii) Afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar, com supervisão da equipe de SESMT;
- (iv) Recomendação de regime de “home office” para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e seja considerada como essencial para manter a capacidade mínima necessária de funcionamento da empresa;
- (v) A concessão de 15 dias de férias para os demais colaboradores a contar de 20/03/2020;
- (vi) Fechamento das lojas Karsten conforme decreto municipal de cada município.

A Companhia está exposta em decorrência dos efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis, em especial a eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como, por exemplo, nas seguintes áreas: Recuperabilidade de Ativos, Mensuração do Valor Justo, Provisões e Contingências Ativas e Passivas, Reconhecimento de Receita e Provisões para Perda Esperada.

Mesmo diante dessas medidas, até o momento não foi possível concluir os reais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia permanece comprometida com a segurança de seus colaboradores e das comunidades das regiões onde atua, norteadas pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa, comprometendo-se a manter os seus acionistas e o mercado geral informado sobre futuros desdobramentos do tema.
